ACORDO MERCOSUL-UE SERÁ O SEGUNDO MAIOR PACTO ENTRE BLOCOS

DA REDAÇÃO

A segunda maior área de livre-comércio do mundo será formada entre o MERCOSUL e a UE: um mercado de 780 milhões de consumidores, com PIB correspondente a um quarto da economia mundial. Além da redução de tarifas, da ampliação de cotas e do acesso a mercados, as empresas brasileiras poderão, ainda, ter benefícios em outras áreas.

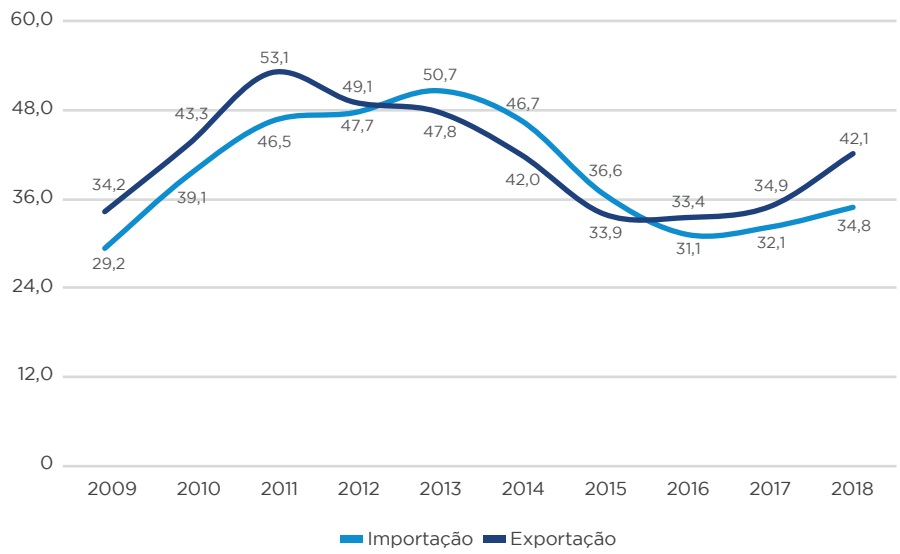
AS NEGOCIAÇÕES do acordo de livre-comércio entre o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e a União Europeia (UE) começaram em 1999, foram interrompidas em 2004, retomadas em 2010 e definidas em junho último. O pacto apenas é menor do que o Tratado Continental Africano de Livre Comércio, com 1,2 bilhão de consumidores e um Produto Interno Bruto (PIB) de US$ 3,4 trilhões, assinado por 44 nações da África.

Mais de 90% dos produtos comercializados entre os dois blocos terão as tarifas eliminadas, enquanto, no restante, serão aplicadas cotas preferenciais de importação com tarifas reduzidas. Com variação conforme o produto, o processo de eliminação de tarifas deve levar até quinze anos a partir da data de definição da parceria.

Haverá um prazo superior a uma década para a redução de tarifas nos produtos mais sensíveis à competitividade da indústria europeia nos países do MERCOSUL (Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, já que a Venezuela está suspensa). No caso europeu, a maior parte do imposto de importação pode zerar mais cedo.

Para o MERCOSUL, trata-se de um passo histórico, com desdobramentos positivos em outras áreas. Por exemplo, há a expectativa de uma melhor coordenação regulatória entre os países.

BALANÇA COMERCIAL BRASIL-UE
(US$ BILHÕES)



Fonte: SECEX

CRESCIMENTO E GANHOS COMERCIAIS

No horizonte de quinze anos, de acordo com Ministério da Economia, o tratado trará um aumento do PIB nacional de US$ 87,5 bilhões. Essa cifra poderá chegar a até US$ 125 bilhões com o aumento da produtividade e a diminuição das barreiras não tarifárias.

A guerra comercial entre os Estados Unidos e a China e as medidas protecionistas adotadas por várias nações ganharam espaço nos últimos tempos. O acesso ao mercado europeu é difícil pelas suas exigências sanitárias e ambientais. O pacto MERCOSUL-UE deixa o ambiente de negócios propenso

a novas iniciativas. Isso vai de encontro com o objetivo do multilateralismo comercial pregado pela Organização Mundial do Comércio (OMC).

Ainda haverá um percurso longo para que o acordo entre o MERCOSUL e a UE vigore de forma plena. Tal acordo terá de ser ratificado e internalizado em cada um dos 31 países participantes dos dois blocos econômicos. Muitas resistências precisarão ser superadas.

ABRANGÊNCIA DO TRATADO

Tanto os temas tarifários quanto os de natureza regulatória, envolvendo serviços, compras governamentais, facilitação de comércio, barreiras técnicas, medidas sanitárias e fitossanitárias e propriedade intelectual, são cobertos pelo acordo.

Produtos agrícolas de grande interesse do Brasil terão suas tarifas eliminadas, como suco de laranja, frutas e café solúvel. Os exportadores poderão ampliar o acesso por meio de cota nos casos de carnes, açúcar e etanol. Além disso, vários produtos brasileiros terão reconhecimento de sua origem, como cachaças, queijos, vinhos e cafés.

As empresas brasileiras podem, ainda, ter benefícios em diversos aspectos, tais como:

- Eliminação de tarifas na exportação dos produtos industriais, o que equalizará as condições de concorrência em relação a outros parceiros com acordos de livre-comércio com a UE;

- Acesso aos serviços de comunicação, construção, distribuição, turismo, transportes e serviços profissionais e financeiros;

- Participação nas compras públicas no mercado de licitações da UE, estimado em US$ 1,6 trilhão;

- Redução dos custos dos trâmites de importação, exportação e trânsito de bens.

Espera-se que o acordo traga incrementos na competitividade da economia brasileira ao garantir, para os produtores nacionais, acesso a insumos de elevado teor tecnológico e com preços mais baixos. A redução de barreiras e maiores segurança jurídica e transparência de regras facilitarão a inserção nas cadeias globais de valor, enquanto os consumidores disporão de mais produtos a preços competitivos. ■



SHUTTERSTOCK